

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	2012	2011	2010
Lucro líquido do exercício	113.805	113.805	113.805
Constituição da reserva legal	(5.690)	(5.690)	(5.690)
Base de cálculo de dividendos	108.115	108.115	108.115
Incentivo fiscal	(18.365)	(18.365)	(18.365)
Juros sobre capital próprio	(11.525)	(11.525)	(11.525)
Dividendos intermediários	(46.800)	(46.800)	(46.800)
Reserva de lucros retidos	(17.410)	(17.410)	(17.410)
Destinação para dividendos	14.015	14.015	14.015
16. Receita operacional líquida: A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:			
	31/12/12	31/12/11	31/12/11
Receita operacional bruta	166.352	154.215	126.163
Receita de operação e manutenção	14.966	14.926	108.473
Receita de remuneração dos ativos da concessão	151.386	139.289	98.063
Deduções da receita operacional	(11.550)	(10.817)	(16.575)
PIS	(1.060)	(993)	33.341
COFINS	(4.895)	(4.584)	(49)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(4.079)	(3.820)	388
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.516)	(1.420)	—
Receita operacional líquida	154.802	143.398	108.473
			33.511
17. Receitas e despesas financeiras:	31/12/12	31/12/11	31/12/11
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras	1.421	1.858	(880)
Outros	214	4	(793)
	1.635	1.862	13.473
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(14.767)	(22.065)	(1.550)
Outros	(1.550)	(628)	(16.317)
	(16.317)	(22.693)	(14.882)
Resultado financeiro			
Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, juros sobre capital próprio no montante de R\$ 11.525 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 10.988 em 2011). Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. 18. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:			
	31/12/12	31/12/11	31/12/11
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	126.163	108.473	(11.525)
Juros sobre capital próprio	(11.525)	(10.988)	(16.575)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(16.575)	(14.223)	98.063
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	98.063	83.262	34%
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	28.309
			2.038
Variação cambial tratada por regime de caixa	—	2.038	(49)
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	—	(49)	(151)
Despesas indutíveis	388	410	—
Variação cambial tratada por regime de competência	—	12	—
Outras	(169)	5	—
	33.511	30.623	(8.365)
Incentivo Fiscal	(8.365)	(16.741)	—
Lei Rouanet	(880)	—	—
IR exercício anterior	(793)	—	—
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	13.473	13.882	13.473
Taxa Efetiva	13,74%	16,67%	13,74%

a) Regime tributário de transição: A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's. **19. Instrumentos financeiros:** Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) **Financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. b) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (I) **Risco de crédito** - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (II) **Risco de preço** - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; (III) **Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; (IV) **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT e definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) **Hierarquia do valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível I - preços cotados

nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o contas a receber - ativo financeiro. d) **Valor justo:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar); (i) O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site eletrônico www.debtentures.com.br é próximo ao valor contábil. **20. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/furacão, tumultos, greves, lock-out e atos doloosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro. O prêmio anual montou em R\$ 43. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **22. Compromissos assumidos:** A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 315.

O Conselho de Administração

A Diretoria

Contadora: Satiko Rosângela Sato Sinbo - CRC 1SP179231/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE** Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE** ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade**

dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Reapresentação das demonstrações contábeis:** Em 18 de maio de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativa aos exercícios findos em

31 de dezembro de 2011 e 2010. Conforme descrito na nota explicativa 2.4, subsequentemente, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar e alterar determinados itens, de modo que as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão sendo reapresentadas para refletir o efeito das referidas reclassificações e alterações. A presente opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. São Paulo, 21 de fevereiro de 2013